

A Alemanha financia 60% dos recursos do projeto acertado pelo Grupo dos 7 Amazônia, um programa polêmico

por Marcia Raposo
de Bonn

Um projeto que já foi o ponto de discórdia entre a Alemanha e o Brasil está começando a sair do papel. Trata-se de um dos mais internacionalizados projetos de ação para a Amazônia, batizado de Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), acertado a nível do Grupo dos 7 para tentar deter o desmatamento na região.

Como a Alemanha alocou 60% dos US\$ 250 milhões programados como parte dos europeus (União Européia) no projeto, a influência dos técnicos e experts alemães tanto da área de botânica, manejo de florestas e proteção indígena na concepção e aprovação de vários passos do plano deixou o governo brasileiro numa posição bastante restrita, uma vez que o contato desses técnicos dava-se diretamente com os técnicos brasileiros, especialmente do Instituto Emilio Goeldi, de Belém do Pará. E Brasília – na época envolvida nos torridos dias da questão do impeachment do presidente Fernando Collor – tinha que fazer um certo esforço para acompanhar quais eram as soluções que estavam em discussão, especialmente entre as principais ONGs (Organizações Não-Governamentais) européias, chamadas a participar do programa, sob a direção do Banco Mundial (BIRD).

“Nós sabemos que deixamos muitos políticos e autoridades do governo brasileiro nervosos. Eles não gostavam nada de ter estrangeiros, mesmo especialistas, opinando sobre uma solução para as questões da Amazônia

Legal. Mas nós tínhamos um extremo cuidado para que esse programa-piloto, que justamente vai servir de demonstração de que podem existir saídas sustentáveis, social e ecologicamente equilibradas para o desenvolvimento da Amazônia, pudesse se perder em mãos de políticos ou de lobistas de grupos fortes da região”, explica o professor-doutor Gerd Kohlhepp, do Instituto de Geografia da Universidade de Tubingen (próxima de Stuttgart), o responsável pelo Centro de Pesquisas da América Latina, que supervisiona técnicos alemães do projeto PP-G7.

Para o governo brasileiro “a ingerência nos assuntos da Amazônia legal” em troca de recursos financeiros para projeto era inaceitável e, com a mudança de governo e o fim das conexões de políticos do Norte do País com o centro de decisão de Brasília, a posição do Brasil foi acomodada com a ampla participação dos técnicos dos escritórios do Ibama e das secretarias estaduais de Meio Ambiente, além dos técnicos já anteriormente consultados, como indígenas, naturalistas e botânicos brasileiros.

Mesmo assim, as farpas que ficaram entre as partes foram sentidas no último Simpósio Brasil-Alemanha realizado em meados de agosto último em São Paulo, quando os diplomatas brasileiros deixaram bem claro aos técnicos – o doutor Kohlhepp fazia parte da mesa de debates sobre as questões ambientais – e representantes do governo alemão que o novo patamar em que estão sendo colocadas as relações entre os dois países, algo parecido



A próxima reunião para discutir a Amazônia será em 1996

com o que aconteceu na concepção do PP-G7, não será, “em absoluto”, aceito por Brasília.

“Realmente, agora todos os interesses envolvidos na Amazônia brasileira estão representados nas discussões de cada etapa de implantação dos onze principais projetos que estão dentro do PP-G7. A próxima reunião do grupo já foi marcada para o próximo ano, provavelmente aqui na Alemanha, uma vez que a última foi em maio, em Belém do Pará”, explicou Christoph Rauh, responsável pelo Brasil no ministério alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, de Bonn.

A parte mais importan-

te do financiamento, a fundo perdido, do governo alemão, de 30 milhões de marcos (US\$ 18 milhões) é o da identificação de cerca de sessenta regiões ocupadas por indígenas para demarcações e de “fortalecimento” da Funai para permitir uma proteção mais efetiva aos índios da região.

Outra parte importante dos fundos alemães, que estão compondo os recursos geridos pelo Bird –, cerca de 32 milhões de marcos (US\$ 21,7 milhões) deverão para a reabilitação de áreas “degradadas e de manejo integrado dos recursos naturais da Amazônia”.

Vários dos onze sub-projetos, como de “unida-

des de conservação” destinados ao Ibama – cerca de 30 milhões de marcos mas só a metade em fundos perdidos – dentro do Programa Nacional de Meio Ambiente, que começou a ser implantado em 1991, já estão em execução. Dois deles são o de recursos para a SOS Mata Atlântica, para as áreas de São Paulo e Paraná.

No entanto, o mais difícil deles, especialmente depois dos últimos conflitos armados com a morte de índios e missionários no Acre, é o projeto de zoneamento agroecológico e sócio-econômico daquele estado – de 10 milhões de marcos –, que daria condições uma ação eficiente do governo do Acre a dar proteção aos sistemas ecológicos com manejo sustentado dos recursos naturais.

No PP-G7 há três importantes projetos com recursos e execução financeira supervisionados diretamente pelo BIRD, num total de 58 milhões de marcos (US\$ 39,4 milhões). Um deles, com repasses via Banco do Brasil, e diretamente para ONGs em projetos demonstrativos, e outros dois para proteção de florestas tropicais em geral, não somente as da Amazônia.

Os onze projetos iniciais do PP-G7 já sofreram, segundo o representante do Ministério de Cooperação Econômica do governo alemão, muitas idas e vindas. Alguns ficaram suspensos, até recentemente, “por isso os cronogramas de implantação e as novas áreas de operação fazem parte das negociações multilaterais com os representantes do G-7 nas reuniões que estamos realizando”, comentou Rauh.